

ORLANDI, ENI. P. E GUIMARÃES, E. (ORGS.)
*INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DA
LINGUAGEM: A DISCIPLINARIZAÇÃO DAS
IDÉIAS LINGÜÍSTICAS*

Campinas: Pontes, 2002, 160 pp.

O conjunto de textos que compõe esta obra “reflete sobre a história dos estudos lingüísticos no Brasil e sua relação com a Nação, o Estado e as instituições nas quais esse domínio de conhecimento se formula”.

O livro está dividido em duas partes e apresenta o resultado de trabalhos de pesquisadores de diversas universidades brasileiras vinculados ao projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política de Línguas”. Em termos gerais, poderíamos dizer que encontramos, na primeira parte, artigos que tratam da configuração dos contornos, das relações entre a língua e o fazer científico da lingüística e, na segunda, das relações entre a língua e o Estado. Nossa leitura não procura operar uma simples redução de uma parte a outra do livro, mesmo porque, como se sabe, há lugares que constroem, cada um com a(s) sua(s) especificidade(s), essa história das idéias lingüísticas no Brasil. Os textos traçam então, em sua multiplicidade, “a relação entre os estudos da linguagem no Brasil e sua institucionalização.”

A primeira parte traz os seguintes capítulos: “A língua portuguesa no processo de institucionalização da lingüística” (Suzy Lagazzi-Rodrigues); “Entre o estilístico e o gramatical: Mattoso Câmara e a história da lingüística no Brasil” (Eduardo Guimarães); “João Ribeiro e Mattoso Câmara entre os fatos da linguagem” (Lauro Baldini) e “Ir ao congresso: Fazer história das idéias lingüísticas?” (Eni P. Orlandi). Tentaremos alcançar alguns pontos sensíveis ao funcionamento de cada capítulo.

Logo de início, Lagazzi-Rodrigues trata de discutir, como já sugere o título do capítulo, a nomeação “língua portuguesa” em suas relações com a institucionalidade lingüística. Para a autora, este movimento se faz em uma sobreposição com a questão da descrição científica e da legitimação do conhecimento. Quem realiza isso, no Brasil, é Mattoso Câmara:

“Falar em lingüística no Brasil é certamente não ignorar o grande autor Mattoso Câmara e sua obra que trouxe para os estudos gramaticais o lugar da descrição científica.” (p. 13)

Para mostrar como se dá esse processo, Lagazzi-Rodrigues toma duas obras do autor, *Princípios de lingüística geral* e *História e estrutura da língua portuguesa*¹, cuja reflexão marcada pela perspectiva estruturalista, coloca a evidência da língua portuguesa como sistema. “Por conseqüência, agora na mão contrária, a evidência da reflexão lingüística no Brasil. Produz-se a legitimação da reflexão lingüística no Brasil na medida em que ficam evidentes na língua portuguesa os conceitos teóricos que sustentam a perspectiva estruturalista.” (p. 19)

Assim, a partir de Mattoso Câmara, a língua portuguesa aparece, nas palavras da autora, como *evidência de um espaço estrutural de descrição da análise*, isto é, “fica significada como a própria instituição científica que possibilita a lingüística e os estudos lingüísticos no Brasil.” (p. 21). Nesse sentido, as questões lançadas ao final do capítulo nos propõem que, o que resta é compreender, nessa relação entre *institucionalização e disciplinarização dos estudos da linguagem*, a concorrência (e, por que não, a co-ocorrência?) de sentidos entre a ciência Lingüística e a disciplina lingüística. Efeitos históricos da constituição de uma política de línguas.

Eduardo Guimarães aborda o lugar do sentido nos estudos estilísticos de M. Câmara, como desdobramento de seu trabalho com a história dos estudos da significação no Brasil e, para tratar dessa questão semântica, explícita como Mattoso, ao interpretar os estudos psicológicos de Said Ali, em seu *Said Ali e a língua portuguesa* (1961), localiza seus próprios estudos de estilística na linha do autor. A questão do sujeito aparece então, por um lado, “como contraparte do sistemático, e formal da linguagem”, “quando se pensam os aspectos psicológicos envolvidos na situação de enunciação” e, por outro, “como algo também da língua”. (p. 28) Segundo Guimarães, isso faz com que, em Mattoso, o estilístico e o gramatical se encontrem, num movimento em que traz, para a sua gramática, o sujeito (psicológico) e o sentido.

Guimarães constrói um quadro histórico-enunciativo configurado a partir de dois modos de narrar em Mattoso, para mostrar que existem duas histórias (e um esquecimento) da questão do sujeito e do sentido para esse autor. Essa dimensão aparece a partir de uma diferença marcada por uma temporalidade específica, ou seja, no momento em que Mattoso relata o trabalho de Said Ali, está tomado por um “discurso de uma história oficial sobre os estudos de linguagem no Brasil”, que faz com se atenha ao já estabilizado. E, no momento em que Mattoso fala de seu próprio trabalho, “procura desautomatizar os lugares fixados de legi-

timidade” (p. 29). Duas diferenças e várias contribuições para o tratamento do psicológico e para a compreensão do sentido na linguagem, na língua.

Nessa direção de estudos sobre a significação, Baldini insere suas reflexões buscando compreender inicialmente uma aproximação entre João Ribeiro e Mattoso, no que tange à questão do *valor científico* do estudo sobre a linguagem. E esse valor científico para o estudo da linguagem, ponto de aproximação entre os dois autores, estaria configurado em Ribeiro, conforme Baldini, “na medida em que este, mesmo que ainda preso à questão do ensino da língua, já introduzia um novo elemento: a gramática histórica e, com ela, a questão do valor científico do estudo sobre a linguagem.” (p. 33) Nas palavras de Baldini, Mattoso então, encontra esse lugar de memória em João Ribeiro, e produz as suas diferenças. Há na constituição de seu *Dicionário de lingüística e gramática*², publicado em 1956, *a memória que o sustenta e a memória que ele mesmo cria*, a primeira relacionada ao que se disse sobre o valor científico na questão da compreensão da língua portuguesa e, a segunda, estabelecida a partir de um lugar de autoria que Mattoso constrói, pelo seu esforço de definição do que venha a ser o *fato* de língua e do que venha a ser a *língua* como fato. Tal contraponto vai marcar a sua posição frente ao fenômeno lingüístico, produzindo um deslizamento em que se afasta da questão da normatividade. Essa compreensão do que seja o funcionamento da linguagem faz história e funda uma nova autoria.

No capítulo em que trata da relação entre dois processos – ou seja, entre o *ir ao Congresso* e o *fazer a história das idéias lingüísticas*, Orlandi faz um estudo sobre “o papel dos congressos de lingüística no Brasil”, traçando entre outros, os seguintes objetivos: a) “compreender a representação que a lingüística dá de si mesma, estabelecendo, às vezes uma relação de confronto entre este poder da representação e o real da sua produção” (p.41); e b) “explicitar a forma da autoria do gramático brasileiro (desde o século XIX), ou a forma autor do lingüista brasileiro (do século XX em diante)” (p. 41 e 42).

Para isso, a autora toma dois textos, um de J. Mattoso Câmara³ e outro de J-C. Chevalier⁴, para “observar a posição sujeito-lingüista constituída a partir da “leitura” que eles fazem dos Congressos, cada um de seu lado, e em suas diferenças e semelhanças.” (p. 42)

Entre os dois trabalhos, as semelhanças se dão por conta de seu caráter informativo sobre o que se passou em cada um dos congressos, e a grande diferença se delineia a partir da forma como se conta essa história (dos congressos). Mattoso o faz sem se colocar em seu interior, já Chevalier “conta uma história bem mais oficial”, colocando-se como “um ponto interno dela”.

Ou seja, para Orlandi, Mattoso “se coloca na posição de quem é lingüista, de quem com outros, daqui e de “lá”, faz essa história, mas não afirma sua posição como “participante”, do ponto de vista dos Congressos. Ele está, com isso, preparando a vinda dos congressos brasileiros, nossa visibilidade como lingüistas.” (p. 52)

A metáfora de Mattoso, que Orlandi transcreve, oferece “uma direção de interpretação” para essa diferença, isto é, logo no início de sua conferência no Sedes Sapientiae, o autor diz que irá “fornecer a moldura que facilite as telas que esboçará da melhor maneira do conjunto dos Congressos” (p. 42). Ao fornecer a moldura, Mattoso aponta, ainda conforme Orlandi, para um projeto: “o de termos nossas instituições e procedimentos coletivos para fazermos nossa história, traçarmos a visibilidade pública de nossa tradição.” (pp. 53 e 54) E eu diria que a leitura desse livro torna visível a relação entre muitas dessas telas que foram (e ainda estão) sendo pintadas sobre os estudos da linguagem no Brasil. Pois, como diz a autora, no final desse capítulo, “o discurso do conhecimento... não se deixa enclausurar” – numa só moldura, numa só tela, mas o que faz é ir “desenhando os seus meandros no fluxo do saber.”

Assim, essa primeira parte do livro configura um momento de discussão em que se percebe como várias questões sobre a língua, a linguagem, o sujeito e o sentido foram sendo postas por Mattoso Câmara. Todas essas questões movidas por um gesto: o de garantir o lugar científico para os estudos sobre a linguagem, a língua. Mais ainda: o de fazer uma ciência lingüística filiada aos domínios do estruturalismo, em território brasileiro.

Na Parte II, distribuem-se os seguintes capítulos: “O ensino no Império: 1837-1867 – trinta anos do imperial Collegio de Pedro II” (Leonor Lopes Fávero); “Colégios no Brasil: O Caraça” (Mariza Vieira da Silva); “Liceu Cuiabano: língua nacional, religião e estado” (Ana Maria Di Renzo); “Memória e história das idéias: O ensino do francês no RS do fim do século XIX ao início do século XX” (Amanda Eloina Scherer e Mirian Rose Brum de Paula) e “Retórica: sujeito e escolarização” (Claudia Castellanos Pfeiffer). As relações que se colocam aqui são da ordem estabelecida entre a língua e o Estado.

Fávero estuda a questão da Instrução Pública no Império, para compreender o processo de constituição do Estado brasileiro. Conta-nos sobre os primeiros anos de existência do *Imperial Collegio de Pedro II*, recortando a questão da Instrução Pública a partir do período que se estende de 1837 a 1867. Apresenta um estudo detalhado dos textos que constituem a proposta do Colégio e seus regulamentos, mostrando, não só os traços da orientação a ser adotada pela Instituição, como também o currículo inicial e a distribuição das disciplinas, com a sua ênfase nos

estudos clássicos e o pequeno número de aulas de *gramática nacional*. E a autora ainda fornece elementos para que se possa perceber que esse fato acontece, porque a Instituição atendia a uma elite que “ao entrar na escola já dominava a norma culta: assim eram mais importantes o latim e a retórica do que a gramática filosófica e nacional para a qual dois anos eram mais do que suficientes.” (p. 73) Isso nos permite verificar como se estabeleciam as políticas de funcionamento da instrução no Púbrica no Brasil do Império.

Um outro fato importante a acrescentar é que, tanto em Fávero, como em Vieira da Silva e em Di Renzo, que tratam, respectivamente dos Colégios Pedro II, Caraça e do Lyceu Cuyabano, encontra-se a Instituição Escolar do Império estabelecida como “extensão” da Instituição Religiosa, como se não houvesse fronteira entre uma e outra, ao contrário, o que se verifica é que as Instituições funcionam sempre juntas, criando, assim, um universo em que

“formas e normas permitiam regular comportamentos, governar condutas, instaurar fronteiras – ser ou não “português” –, relacionar civilidade e correção lingüística, assinalar lugares, acompanhadas de interiorização de coerções. Formas e normas que estruturam laços sociais e políticos, educam e modelam os indivíduos (...): trabalho da ideologia, produção e circulação de sentidos.” (Vieira da Silva, p. 97)

Dessa maneira, o que se pode perceber a partir da leitura desses três capítulos que tratam dos colégios e de sua constituição no Brasil Império é que eles configuram fortemente a constituição do sujeito face ao efeito ideológico da língua como unidade política e lingüística, como elemento que “sustenta a formação de uma Cidadania Nacional”. (Di Renzo, p. 110)

Os dois últimos capítulos tratam de duas “disciplinas” da escola brasileira do século XIX, a língua francesa e a retórica. No primeiro deles, o objetivo de Scherer e Paula é traçar uma história da socialização da língua/cultura francesa, no Rio Grande do Sul, entre os fins do século XIX e início do XX. O que as autoras mostram é que essa história do francês como “disciplina de caráter científico”, naquele momento histórico, não se faz pela unidade de um projeto pedagógico, mas por um movimento em que o francês é desigual/heterogêneo em relação a si, colocando a distinção, o confronto entre “disciplina” e “matéria” e, em relação a outras práticas escolares, o que poderia constituir uma política de línguas.

Assim, o texto pode ser dividido em dois momentos de constituição, em um primeiro, traça-se um percurso dos processos pelos quais o francês se constitui como disciplina, e o segundo, em que se mostra como os

manuais podem reconstruir o discurso constitutivo do francês (como disciplina), no desdobramento da língua da escola, a partir de distinções como “língua de referência e língua objeto; língua fonte e língua alvo dos exercícios de tradução; língua escrita e língua oral; língua da literatura e língua do cotidiano; língua viva e língua estrangeira” (p. 137), dispondo várias maneiras de se representar o conceito.

Finalmente, Pfeiffer, ao tratar das relações entre retórica e língua portuguesa, se pergunta sobre algumas evidências que foram estabelecidas para o sujeito moderno sobre o que seja “estar no belo, no correto, no bem dizer” e ainda, sobre os sentidos que a escolarização constrói quando ensina a escrever textos, dando visibilidade a alguns sentidos que conformam a retórica modernamente: “A retórica enquanto uma disciplina caminha na ambigüidade de ser fruto da razão e da emoção ao mesmo tempo” (p. 145). Esse movimento na constituição dos sentidos da retórica produz alguns desdobramentos, uma ordem de efeitos negativos, que fazem com que a retórica, em suas relações com a escolarização (com a língua portuguesa/nacional), passe “a ser de *lugar algum*: ela não satisfaz a demanda da objetividade e tão pouco a da subjetividade.” (p. 148)

Se esse é o lugar da retórica nas suas relações com a escolarização, então (e aí faço avançar várias outras questões não menos significativas que a autora coloca): “dizer no lugar retórico, isto é tomado como retórico, autoriza retirar de uma só vez (de quem diz desse lugar) a autoria e o ser sujeito: este é o não-lugar (o sem-sentido).”

Questões instigantes que se colocam, que se abrem, e configuram pontos de partida e de ruptura, pontos de memória que recortam a moldura e desenham com as suas tintas essa *história das idéias linguísticas no Brasil*.

Mariângela Peccioli Galli Joanelho
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Notas

¹ A autora indica que a data de publicação da primeira edição de *Princípios de linguística geral* é 1941 e que, a segunda obra foi escrita entre 1963 e 1965 e publicada, em inglês, em 1972, integrando a coleção *The History and structure of languages*.

² É interessante verificar como Baldini trata das alterações que, tanto o título, como a estrutura da obra foram sofrendo ao longo de suas edições e pensar, como propõe o autor, sobre a produção desse dicionário e a sua intervenção no universo discursivo brasileiro.

³ Palestra de Mattoso sobre congressos Internacionais realizada no Sedes Sapientiae, “na Marquês de Paranaguá, em São Paulo, nos anos 60”, na qual a autora, aluna da USP, estava presente.

⁴ Estudo publicado no volume III de *Histoire des idées linguistiques* (Liège: Mardaga, 2000), sobre a hegemonia do comparatismo.